

LEGALIDADE



Clamor popular: o jacaré é enforcado, o soldado se despede, as enfermeiras armazenam medicamentos



FOTOS BANCO DE DADOS/ZH

Memórias da campanha

MOACYR SCLiar *

A gosto pode não ser o mais cruel dos meses brasileiros, como o abril de T. S. Eliot, mas é certamente o mais sério, quando mais não seja por causa de sua localização no calendário. No Brasil, o primeiro semestre não existe: começa com a festa de 1º de janeiro, continua com o veraneio, com o Carnaval, com a Páscoa. O segundo semestre é diferente. Inicia-se, ao menos no sul, com o inverno. E é um mês de cara feia. As crises adiadas começam a aparecer. Em agosto, o Brasil fica sério. Pode não ser o mês de cães danados de que fala o folclore, mas está sempre associado a acontecimentos sombrios. Uma associação que talvez não tenha significância estatística, mas que às vezes encontra suporte na realidade: foi em agosto de 1954 que o presidente Getúlio Vargas cometeu o suicídio.

Agosto de 1961, então. Os fatos: renúncia, por causa das tão famosas quanto obscuras “forças ocultas”, o estranho Jânio Quadros. Deve assumir o vice, João Goulart, que se encontra no Exterior. É um político encarado com reservas, inclusive e principalmente, nos meios militares. Para começar, não estava na mesma chapa de Jânio: eram votações separadas, a de presidente e vice. Suas conexões políticas eram outras, e eram exatamente tais conexões que provocavam suspeitas e resistências. Ligações com certo tipo de sindicalismo, ligações com setores da esquerda. Jango é vetado por chefes militares. Não poderá assumir.

Até aí, nada de muito novo. Essa era uma situação habitual na América Latina e no Terceiro Mundo em geral. Golpes militares faziam parte da rotina e eram em geral aceitos com resignação ou com mínima resistência. Mas em agosto de 1961 seria diferente. Em agosto de 1961, um golpe foi derrotado. O que segue é um relato absolutamente pessoal daqueles dias que abalaram o Rio Grande e o Brasil.

As ruas indignaram-se em agosto de 1961: a lei tinha de ser cumprida



Em agosto de 1961, eu era quintanista na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E ser quintanista de Medicina naquele momento foi importante para mim. Estagiário no serviço de urgência da Previdência Social eu começava a tomar contato – não um contato distante, retórico, mas um contato imediato, pungente – com a realidade de nosso país. Eu estava entrando nos tugúrios miseráveis de nossas vilas populares. Eu estava tratando crianças desnutridas, eu estava vendo gente desesperada porque não tinha dinheiro para os remédios. Militante estu-

dantil, eu sabia perfeitamente a que atribuir aquela situação: ao latifúndio, ao capitalismo. E conhecia a solução para os males do país. No meu discurso como orador da turma, no ano seguinte, eu faria um apelo pelo socialismo como solução para a problemática de saúde – apelo esse asperamente contestado pelo reitor de então.

Quando se espalhou a notícia da tentativa de golpe, a primeira reação foi de perplexidade. Ninguém esperava aquilo – porque ninguém esperava a renúncia de Jânio. A segunda reação foi de indignação. A lei não mandava que o vice-presidente assumisse? A lei tinha de ser cumprida. Além disso, Jango era nosso, era gaúcho.



O Mata-Borrão, na esquina da Borges com Andrade Neves, serviu de centro de alistamento

Essa primeira reação era ainda difusa, desorganizada. Logo, porém, a resistência começou a se estruturar. E a iniciativa partia de um local muito importante: o Palácio Piratini. O que não era de admirar: o governador Leonel Brizola era conterrâneo de João Goulart. Era do mesmo partido político, o PTB.

E era cunhado de Jango. Mais adiante, haveria uma discussão a este respeito. Brizola quis se candidatar à Presidência, mas encontrava um obstáculo: a lei proibia a candidatura de parentes do primeiro mandatário. Surgiu um slogan: “Cunhado não é parente, Brizola para presidente”. Naquele momento, cunhado era, sim, parente. E era um parentesco que passava por um elo emocionalmente poderoso: Neuzá Goulart Brizola, esposa do governador e irmã de Jango era, segundo se dizia, a mais fervorosa defensora da resistência.



Segundo se dizia, escrevi. Nunca penetrei nos bastidores da Legalidade, nunca entrei no Palácio. Passei todos aqueles dias nas ruas, nas praças. E é disso que posso falar, esperando que a memória não me traia.

Passada a perplexidade, algo surpreendente aconteceu. A população começou a se organizar. Por conta própria, autonomamente. Sim, havia um comando no Palácio, e esse comando era ativo e eficiente. Uma das primeiras coisas que Brizola fez foi requisitar a respeitada e muito ouvida Rádio Guaíba, transformando-a na emissora líder da chamada Cadeia da Legalidade, à qual numerosas rádios foram aderindo. Passávamos os dias ouvindo proclamações e canções patrióticas. Entre essas, uma se destacava, porque composta especialmente para a ocasião: o Hino da Legalidade, com letra de Lara de Lemos. Para Lara, poeta, jornalista e inquieta intelectual, a Legalidade foi um divisor de águas: de repente, ela estava assumindo, com energia surpreendente, uma posição de militante política.